



Número: **0002164-19.2015.8.17.2990**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **4ª Vara Cível da Comarca de Olinda**

Última distribuição : **09/12/2015**

Valor da causa: **R\$ 11.812,50**

Assuntos: **Acidente de Trânsito**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
LUIZ CARLOS BEZERRA DA SILVA (AUTOR)		JAIME MARCAL DANTAS FILHO (ADVOGADO) Rodrigo Alves Dias (ADVOGADO)	
TOKIO MARINE BRASIL SEGURADORA S.A. (RÉU)			
SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A (RÉU)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
9258168	09/12/2015 18:02	<a href="#">Petição Inicial</a>	Petição Inicial
9258203	09/12/2015 18:02	<a href="#">DOCUMENTOS DE REPRESENTAÇÃO, BO E LAUDOS MÉDICOS</a>	Documento de Comprovação
12793665	03/08/2016 17:47	<a href="#">Despacho</a>	Despacho
13130044	08/08/2016 10:26	<a href="#">Intimação</a>	Intimação
13383610	18/08/2016 18:39	<a href="#">Petição EMENDA INICIAL</a>	Petição
13421101	22/08/2016 09:12	<a href="#">Conclusão</a>	Certidão
36787404	18/10/2018 19:23	<a href="#">Despacho</a>	Despacho
39755992	07/01/2019 18:07	<a href="#">Intimação</a>	Intimação
39778871	08/01/2019 13:00	<a href="#">Retificação valor da causa</a>	Certidão
40671996	01/02/2019 13:44	<a href="#">Contestação</a>	Contestação
40672070	01/02/2019 13:44	<a href="#">2562637_CONTESTACAO_01.PDF</a>	Petição em PDF
40672091	01/02/2019 13:44	<a href="#">ATOS_CONSTITUTIVOS_TOKIO_MARINE_PARTE_2</a>	Procuração
40672101	01/02/2019 13:44	<a href="#">ATOS_CONSTITUTIVOS_TOKIO_MARINE_PARTE_1</a>	Procuração
40672120	01/02/2019 13:44	<a href="#">KIT_SEGURADORA_LIDER 2</a>	Procuração
40672134	01/02/2019 13:44	<a href="#">KIT_SEGURADORA_LIDER 1</a>	Procuração

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA \_\_\_\_ª VARA CÍVEL DA  
COMARCA DO ESTADO DE PERNAMBUCO.**

**“PROCESSO SUJEITO A NECESSIDADE DE PRODUÇÃO DE PROVA PERICIAL,  
REQUERIMENTO DE PERÍCIA JUDICIAL EM VIRTUDE DO CONVÊNIO FIRMADO  
ENTRE TJPE E A SEGURADORA RÉ – INSTRUÇÃO NORMATIVA 05/2015”.**

**LUIZ CARLOS BEZERRA DA SILVA**, brasileiro (a), solteiro (a) desempregado (a), Portador (a) do CPF/MF 022.510.334-87, residente e domiciliado no seguinte endereço: Rua do Meio, 60, Caixa D'Água, Olinda - PE, por seu advogado ao final assinado, conforme procuração anexa, com fulcro no art. 274 do Código de Processo Civil, promover a presente:

## **AÇÃO DE COBRANÇA SECURITÁRIA – DPVAT**

com fulcro na Lei 8.441/92, que dá nova redação à Lei Federal nº 6.194/74, e nos demais dispositivos legais aplicáveis à espécie, em face da **TOKIO MARINE BRASIL SEGURADORA S.A.**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ de n. 60.831.344/0001-74 situada à [Av. Engenheiro Domingos Ferreira, 345 - Pina](#), Recife - PE. [CEP: 51011-050](#) e **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A**, inscrita no CNPJ n. 09.248.608/0001-04, *situada à Rua Senador Dantas, 74, 5º andar, Rio de Janeiro- CEP20031-205*, pelo que declara e passa a expor:

### **DOS FATOS:**

A parte requerente foi vítima de acidente de trânsito ocorrido no dia 21.03.2015, sofrendo lesões gravíssimas, que resultaram em sequelas definitivas, visto que, o ocorrido resultou na:

### **DEBILIDADE PERMANENTE EM VIRTUDE DE LESÕES EM SEU MEMBRO INFERIOR ESQUERDO**



O que impediu o desempenho de suas funções habitualmente exercidas, conforme vasta documentação médica acostada à inicial.

Sendo a parte requerente vítima de acidente de veículo automotor, atrai a aplicação da Lei nº 6.194/74 (**Seguro Obrigatório de Danos Pessoais causados por Veículos Automotores de Via Terrestre ou por sua carga, a pessoas transportadas ou não**); conforme o artigo 3º, alínea “b” da aludida lei.

Portanto, diante do que se encontra na letra da lei, bem como em sua tabela anexa, a parte requerente perfaz o direito de receber **o valor**, que se refere a **RESPECTIVA DEBILIDADE PERMANENTE** que sofrera, **haja vista que a legislação competente prevê um percentual para tanto**.

**Ocorre que, tentando a parte autora ingressar por via administrativa**, receber o seguro que lhe é de direito, recebeu como resposta ao seu sinistro, **o recebimento de acordo com a tabela abaixo**:

Pagamento Administrativo	ANDAMENTO
--------------------------	-----------

O que foi pago a parte autora demonstra, no mínimo, um total desrespeito com a legislação vigente, haja vista que **não existe critério legal** adotado pelas seguradoras, muito menos que as requeridas tenham competência para criar um fracionamento do percentual estabelecido por debilidade, sendo um absurdo realizar o pagamento parcial fracionado ou nem realizar o pagamento do referido seguro ao beneficiário.

Pois bem, então, faz jus a parte autora o recebimento do percentual estabelecido, conforme vasta documentação trazida, com fundamento na legislação competente, **sendo deduzido o valor que porventura já sido recebido na esfera administrativa**.

**CASO ESTE JULGADOR ENTENDA QUE SEJA NECESSÁRIA A GRADUAÇÃO DO PERCENTUAL REFERENTE A SEQUELA DA PARTE AUTORA, REQUER, DESDE ENTÃO, QUE SEJA NOMEADO PERITO JUDICIAL, EM VIRTUDE DA INSTRUÇÃO NORMATIVA 5/2015, QUE FIRMA O CONVENIO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO JUNTO A SEGURADORA RÉCOM A FINALIDADE DE PERCENTUALIZAR A DEBILIDADE DO AUTOR, DE ACORDO COM A TABELA ANEXA A LEI DO ELUDIDADO SEGURO, UMA VEZ QUE OS ÓRGÃOS RESPONSÁVEIS POR PERÍCIAS ACIDENTÁRIAS PÚBLICOS NÃO POSSUEM ESTRUTURA SUFICIENTE PARA ATENDER AO PLEITO.**

Logo, percebe-se que, **ingressa com a presente ação, a parte autora**, a fim de receber o valor correspondente ao **valor elencado na aludida perícia**, estes que estão **preestabelecidos na Lei nº. 6.194/74 e legislações posteriores**, sendo subtraído o valor que porventura tenha sido recebido na **esfera administrativa**.



Portanto, diante dos fatos aqui narrados, bem como pela legislação apresentada pelo vasto entendimento jurisprudencial que existe nos tribunais superiores, requer que as parte rés sejam condenadas ao pagamento/complementação da indenização pelo seguro DPVAT, por ser do mais límpido direito da parte autora.

## **DO REQUERIMENTO**

Diante de todos os fatos aqui esposados, bem como legislação descrita e documentos juntados, **REQUER** à Vossa Excelência o seguinte:

1) A citação das requeridas, **pelos Correios**, nos termos do artigo 222 do Código de Processo Civil, para, querendo, apresentar resposta ao presente, no prazo e forma legais, sob pena de lhe serem imputados os efeitos da revelia;

2) A **PROCEDÊNCIA** da presente demanda, com a condenação das requeridas ao pagamento da indenização do seguro obrigatório DPVAT, nos moldes da lei em vigor, com juros de 1% a.m. contados desde a data do acidente, conforme Súmula 54 do STJ e atualizados à data da efetiva liquidação, com fulcro no artigo 3º, alínea “b”, da Lei 6.194/74;

3) **Requer, ainda, a condenação das requeridas nas custas, despesas processuais e honorários advocatícios, no importe de 20%;**

4) **Requer que seja NOMEADO PERITO JUDICIAL PARA REALIZAÇÃO DE PERÍCIA, COM O FIM DE GRADUAR A DEBILIDADE DA PARTE AUTORA, DE ACORDO COM A INSTRUÇÃO NORMATIVA DE N. 5/2015, QUE FIRMA CONVÊNIO PARA REALIZAÇÃO DE PERÍCIAS PARA ESTES FINS.**

5) **Requer também a conversão para Rito Ordinário, por ser mais célere, uma vez que todas as provas são documentais, sendo ineficaz realização de audiência junto as rés, haja vista que não realizam propostas de acordo, juntando apenas suas contestações, sendo desnecessárias referidas audiências previstas no rito sumário;**

6) **Por fim, requer os benefícios da Assistência Judiciária Gratuita, consoante Lei 1060/50 e posteriores alterações, por ser a Autora pessoa pobre na acepção jurídica do termo, conforme declaração inclusa, bem como pelos documentos juntados, comprovando de forma objetiva que estas são classificadas como pobres na forma da lei, tais como moradores de bairros considerados de baixa renda, apresentação de “baixa renda” em suas faturas de energia elétrica, bem como que todos os seus tratamentos foram realizados em hospitais da Rede Pública.**



Protesta e requer provar o alegado por **todos** os meios de prova em direito admitidos, sem exceção de nenhuma, especialmente pelos documentos que instruem esta Inicial.

Requer ainda o Suplicante a inversão do ônus da prova, nos termos do art. 6º, inciso VIII do Código de Defesa do Consumidor, por ser parte hipossuficiente desta relação.

Outrossim, requer sejam todas as intimações publicadas exclusivamente em nome do Procurador **RODRIGO ALVES DIAS, OAB/PE 23.351 D, com escritório na Rua Helena de Lemos, nº 330, Bairro da Ilha do Retiro, Recife - PE.**

Dá-se a esta o valor de **R\$ 13.500,00 (para meros efeitos fiscais)**

Pede Deferimento

Recife, 04 de Novembro de 2015.

**RODRIGO ALVES DIAS – OAB/PE 23.351**

**JAIME MARÇAL DANTAS – OAB/PE 33.947**

